

# **Síntese das ações propostas no Seminário Guarapiranga 2006**

**Entregue para  
Sr. Xico Graziano  
Secretário Estadual de Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos de SP**

Janeiro de 2007

## **Documento sistematizado pelas seguintes instituições:**

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo  
Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap  
Centro Universitário Senac  
Espaço – Formação, Assessoria e Documentação  
Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência  
Instituto Polis  
Instituto Socioambiental  
Sesc Interlagos  
SOS Mata Atlântica  
SOS Represa Guarapiranga  
Yacht Clube Santo Amaro – YCSA

# O que a Guarapiranga precisa para se tornar um manancial de água de boa qualidade

1. Ampliar áreas com condições naturais para produzir água de boa qualidade
  - Elaborar programa governamental metropolitano para reverter o adensamento e orientar a expansão urbana para áreas dotadas de infraestrutura, preferencialmente fora das áreas de mananciais
  - Rever as normas legais que permitam a ampliação dos atuais níveis de ocupação urbana;
  - Incorporar as propostas do Seminário no Programa Mananciais – fase II, em elaboração pelo governo do estado;
  - Áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação: orla da Guarapiranga, várzea do rio Embu-Mirim (ampliação proposta atual), várzea do rio Caulim/Parelheiros, várzea Embu-Guaçu (ampliação), parques propostos pelo Rodoanel, pelo menos um parque por município, corredor ecológico entre a Serra do Mar e Morro Grande;
  - Criar fundo governamental para aquisição de outras áreas protegidas, com recursos: orçamentários, Fehidro, tarifa de água, pedágio do Rodoanel, compensações ambientais, entre outros;
  - Lançar programa governamental de pagamento por serviços ambientais e incentivos econômicos e tributários voltados para comunidades, proprietários e prefeituras para a preservação, recuperação de outras áreas e a produção de água;
  - Elaborar e implantar projeto de proteção e uso sustentável nas áreas mais ameaçadas, que são: área de influência do Rodoanel, sub-bacias formadoras do Caulim/Parelheiros, áreas de risco de erosão e escorregamentos;
  - Priorizar a região de mananciais dentro de programas e projetos de recuperação de mata ciliar;
  - Efetuar revisão dos procedimentos de licenciamento e fiscalização da SMA e da Cetesb para:
    - Condicionar o licenciamento de empreendimentos à avaliação dos serviços ambientais ameaçados nas áreas objeto de intervenção
    - Evitar investimentos públicos e privados na região que induzam a expansão e adensamento urbano
    - Estabelecer e publicar metas para as atividades de fiscalização
2. Recuperar as áreas onde as condições atuais prejudicam o manancial
  - Adotar soluções efetivas de saneamento ambiental, com base em metas publicamente estabelecidas de melhoria das condições da qualidade, quantidade e regularidade da água produzida na Bacia.
  - Avaliar os níveis de risco ambiental e propor metas de redução para atividades existentes e projetadas para a região, entre elas cemitérios, aterros e lixões, estabelecimentos de saúde, mineração, postos de combustíveis, transposição de água, lançamento de esgoto.

## Proposta de encaminhamento

- Agendar novo encontro, em quinze dias, para discussão pública da viabilização e detalhamento das propostas apresentadas

# Síntese das propostas do Seminário Guarapiranga 2006

## 1) Ampliar áreas protegidas

### 1.1. Criação/ampliação de parques

#### 1.1.1. Criação de Parques na Várzea do Rio Embu Mirim. (ação)

Readequação e ampliação do Parque proposto pela Dersa como compensação aos impactos do Trecho Sul do Rodoanel.

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### 1.1.2. Recuperação da Várzea do Rio Embu Mirim, Rio da Furna e Afluentes. (ação)

Programa de recuperação da várzea ao longo da rodovia Regis Bittencourt (principal) e campanha de educação ambiental (concomitante).

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### 1.1.3. Criação de UC na várzea do Rio Caulim/Parelheiros (ação)

Implantar as compensações ambientais previstas na transposição Taquacetuba e na construção do Corredor do Rio Bonito.

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### 1.1.4. Prolongamento dos limites do Parque Estadual da várzea do Embu-Guaçu. (ação)

Lei para prolongar o limite norte do Parque Estadual da Várzea do Rio Embu-Guaçu até o espelho d'água da represa (principal) e adequação do plano de manejo (concomitante).

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### 1.1.5. Estabelecer Parques Municipais Naturais (diretriz)

Leis municipais (principal), compensações ambientais de empreendimentos (concomitante) e desenvolvimento de gestão interinstitucional e agrupada de UCs (após a implantação da principal). Os parques devem ser preferencialmente contínuos, sem fronteiras e devem proteger as cabeceiras e áreas de mata nativa.

Principal responsável: Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra e São Paulo

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## 1.2. Parcerias com proprietários e incentivos à preservação

### 1.2.1. Incentivo à manutenção de áreas preservadas e recuperação de áreas de preservação permanente (diretriz)

Projeto para criação de corredores entre remanescentes (principal) e fomento à criação de RPPN's e outros instrumentos de conservação de áreas privadas, lei e decreto para criação de incentivos fiscais e mecanismos para implementação de corredores ecológicos para conexão de reservas legais, UCs e APPs, pacto entre os proprietários e poder público (concomitantes).

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

### 1.2.2. Criar corredor ecológico entre a Serra do Mar e o Morro Grande (ação)

Programa regional (principal) para garantir o ordenamento territorial da região entre Morro Grande, Parque da Serra do Mar e APA Capivari-Monos., lei (após a principal) e compensação ambiental (permanente)

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## **2) Valorizar os serviços ambientais prestados pelos mananciais para a cidade**

### **2.1. Inserção da pauta de serviços ambientais na agenda pública (diretriz)**

Campanha baseada em carta de intenções e compromissos politicamente assumidos (principal), cobrança dos compromissos dos políticos feitos durante a campanha eleitoral, pauta da avaliação ecossistêmica do milênio, publicação no site e propaganda (concomitantes), projeto e programa.

Capacitar agentes envolvidos na gestão de serviços ambientais municipais (poder público, população, técnicas, órgãos licenciadores)

Instituições responsáveis pela execução: Secretarias estaduais

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **2.2. Incorporar serviço ambiental no processo de licenciamento (ação)**

Resolução (principal) e portaria (concomitante) que obrigue a identificar os serviços ambientais impactados e avaliar tais impactos, audiências públicas e ações judiciais (concomitantes).

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

## **3) Implantar saneamento ambiental nas áreas urbanizadas**

### **3.1. Resíduos sólidos**

#### **3.1.1. Medidas de correção do aterro sanitário de Itapecerica (ação)**

Programa para recuperar e adequar o aterro sanitário de Itapecerica da Serra.

Principal responsável: Prefeitura e Cetesb

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### **3.1.2. Encerrar a atividade do lixão de Embu-Guaçu (ação)**

Elaborar um termo de ajustamento de conduta (TAC) e promover um consórcio intermunicipal para disposição dos resíduos sólidos

Principal responsável: Prefeitura, Cetesb e Subcomitê Cotia Guarapiranga

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### **3.1.3. Implantar suportes elevados para acondicionamento dos resíduos em vias públicas, antecedendo a coleta (ação)**

Legislação para a implantação e utilização de suportes elevados para os resíduos, para evitar o acúmulo da poluição difusa em toda a sub-bacia.

Principal responsável: Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **3.1.4. Programa de implantação de coleta, destinação, tratamento e disposição de resíduos sólidos (diretriz)**

Fomentar programa regional de coleta seletiva e de cooperativas

Aumentar o número de containeres de coleta de lixo em zonas rurais

Criar centrais de triagem para a coleta seletiva e reuso de materiais

Priorizar a disposição fora da área da Bacia

Selecionar locais para implantação de aterros sanitários controlados (com rigoroso controle de manutenção e tratamento de chorume)

Selecionar locais para implantação de aterros de resíduos inertes

Principal responsável: Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## **3.2. Esgotamento sanitário**

### **3.2.1. Identificação dos lançamentos e paralisação da disposição irregular de esgotos. (ação)**

Principal responsável: Sabesp

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **3.2.2. Efetivar as ligações de esgoto nas áreas atendidas pelas ETEs de Embu-Guaçu (Cipó e Sede) (ação)**

Principal responsável: Sabesp

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **3.2.3. Sistema de esgotamento sanitário para universalizar o serviço e minimizar despejo de efluentes na represa (diretriz)**

Concluir redes e encaminhar para tratamento o esgoto coletado nas áreas urbanas consolidadas e contínuas

Implantar fossas sépticas (prazo emergencial) e sistemas alternativos (médio prazo) nos loteamentos isolados e nas áreas não contempladas pelas ETEs (áreas de baixa densidade da Lei Específica)

Eliminar extravasamentos causados por obras, manutenção e problemas de operação nas áreas atendidas por rede pública

Incentivar e ampliar a atuação efetiva da vigilância sanitária e a consciência ambiental da população sobre a importância da adesão às redes

Garantir a transparência na divulgação de informações sobre qualidade da água

Principal responsável: Sabesp

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

### **3.2.4. Implantação de infra-estrutura integrada de saneamento ambiental somada à políticas que criem incentivos para a contenção da expansão urbana (diretriz)**

Programa que contemple instalação de rede de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos (principal), com projeto de saneamento ambiental (concomitante) e campanha (após a implantação da principal).

Conter a expansão urbana periférica

Incorporar as pessoas beneficiadas como agentes de contenção da expansão urbana.

Principal responsável: Prefeituras e Governo do Estado

Prazo para ação: médio prazo (2011/2014)

## **4) Fomentar atividades compatíveis com a produção de água no território**

### **4.1. Recuperação ambiental**

#### **4.1.1. Intervenção em ocupações em áreas de risco (ação)**

Realizar mapeamento por família da população e levantamento socioeconômico

Realizar remoções e ações de recuperação

Intensificar a fiscalização e fomentar a não ocupação de áreas de risco

Principal responsável: Prefeituras de São Paulo, Itapeverica da Serra e Embu

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **4.1.2. Transformar estruturas ociosas (antigo CDMI, CAFE e Clube Santa Paula) em centros de promoção e referência para atividades de meio ambiente, turismo, lazer e esportes. (ação)**

Principal responsável: SPTuris, Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **4.1.3. Conter a expansão da mineração na região do baixo/médio Embu-Guaçu (diretriz)**

Exigir do órgão competente diretriz sobre a capacidade de suporte da mineração em áreas de mananciais.

Parecer da câmara técnica do subcomitê da Bacia da Guarapiranga sobre a aprovação do EIA/RIMA/PRAD (Planos de Recuperação de Áreas Degradadas);

Recuperar e reverter as áreas degradadas e abandonadas, exigindo o cumprimento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas;

Incentivar e ampliar o rigor no cumprimento das leis e também no EIA/RIMA.

Principal responsável: DNPM e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## **4.2. Requalificação urbana**

#### **4.2.1. Regularização urbanística através do conceito de bairros ecológicos, priorizando núcleos urbanos localizados em sub-áreas de baixa densidade da Lei Específica, em especial em Embu-Guaçu e Parelheiros.(diretriz)**

Lei municipal que preveja a criação do programa (principal) de bairros ecológicos, campanha de divulgação da proposta junto às comunidades (concomitante) e projeto comunitário em parceria com a prefeitura.

Instituições responsáveis pela execução: Prefeitura de Embu-Guaçu e subprefeitura de Parelheiros

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **4.2.2. Política habitacional intensiva em áreas consolidadas para baixa renda, através de programa habitacional. (diretriz)**

Reverter a expansão urbana em áreas de mananciais para áreas com infra-estrutura com potencialidade para receber população de baixa renda de mananciais.

Garantir qualidade ambiental e de moradia, através de programa permanente e estrutural.

Aplicação da lei específica da Guarapiranga

Instituições responsáveis pela execução: Prefeituras e CDHU

Prazo para ação: médio prazo (2011/2014)

## **4.3. Ações preventivas e de fomento ao uso sustentável**

#### **4.3.1. Elaborar ações e projetos estratégicos de uso sustentável para áreas vulneráveis à ocupação (áreas de campos antrópicos, áreas próximas ao Rodoanel e áreas de risco). (ação)**

Priorizar intervenção nas sub-bacias localizadas na área de influência direta do Rodoanel e nas formadoras do rio Parelheiros.

Intensificar ações de fiscalização.

Principal responsável: Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Prazo para ação: emergencial (2007)

#### **4.3.2. Implantar programa de fomento ao turismo sustentável (diretriz)**

Atualizar e complementar informações sobre atrativos turísticos, capacitação de suporte e infra-estruturas apropriadas para o turismo sustentável

Simplificar procedimentos para implantação de atividades turísticas

Capacitação da mão de obra local para engajamento em atividades de turismo

Promover a rede do município de Embu-Guaçu e Marsilac como centros de preservação da cultura local

Incentivar o turismo rural

Prevenir e controlar ações degradadoras em áreas de mata, APPs e entorno do reservatório

Valorizar as características culturais existentes no eixo Itapeverica da Serra - Santo Amaro

Criar pólos de educação de agentes ambientais

Principal responsável: Prefeituras (através de consórcio), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Estado de Turismo, agências de turismo e clubes náuticos.

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **4.3.3. Programa de incentivo à exploração mineral de água nos municípios de Itapeverica da Serra, Embu, São Lourenço da Serra e Juquitiba. (diretriz)**

Definir critérios de super exploração e garantir a preservação das áreas de preservação permanente e recursos hídricos. Realizar estudo de sustentabilidade hídrica  
Principal responsável: Prefeituras, Cetesb, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

#### **4.3.4. Programa de fomento à agricultura urbana e peri-urbana (diretriz)**

Incentivar atividades agroflorestais e atividades afins (psicultura, floricultura, cogumelos, animais, apicultura) que preservem a vegetação natural existente;  
Fortalecer o extensionismo rural e assistência técnica aos produtores rurais  
Prevenir e controlar práticas agrícolas e atividades predatórias (ex.: extração de palmito).  
Fomentar boas práticas agrícolas e agricultura orgânica  
Fomentar pequenas agroindústrias para agregar valor aos produtos  
Criação de centros de referência de agricultura urbana e peri-urbana e de escolas agrícolas na região  
Instalar centro de distribuição e central de compras na região e outros canais de comercialização  
Realizar estudo de viabilidade para compostagem  
Fomentar geração de emprego e renda para a população da região  
Principal responsável: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo - SAA (principal); Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prefeituras  
Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## **5) Aprimorar a gestão e garantir participação social**

### **5.1. Fiscalização e monitoramento**

#### **5.1.1. Incentivo e consolidação de grupo de fiscalização integrada (ação)**

Programa (principal), decreto e lei (concomitantes), treinamento em geral dos agentes (permanente), implementação de recursos humanos e materiais (permanente), participação efetiva de JUD e PATR (deptos da Prefeitura de São Paulo) na eficácia da ação fiscalizadora (permanente), ação em conjunto com os cartórios de registro de imóveis visando a identificação de proprietários (permanente), campanha de esclarecimentos (permanente).  
Aplicação das leis existentes (9.866/97 e 12.233/06, permanente)  
Instituições responsáveis pela execução:  
Prefeitura de São Paulo - SMSP, SEHAB, SJ, SF, SVMA, Sabesp; SMA; Polícia Militar; Polícia Ambiental; DEPRN; CETESB; PATR; JUD; PGM; GCM; IBAMA; INCRA; Cartório de registro de imóveis; Governo do estado; União.  
Prazo para ação: emergencial (2007)

#### **5.1.2. Criar um cadastro fundiário georreferenciado visando conhecer e identificar as prioridades (ação)**

Levantamento da malha fundiária municipal através de projeto que preveja o levantamento no orçamento plurianual 2007/2010, na totalidade dos municípios, com prioridade às zonas rurais sobrepostas ao corredor Curucutu-Morro Grande.  
Incorporar normas do INCRA.  
Subsidiar a criação de áreas protegidas, fiscalização e gestão municipal.  
Instituições responsáveis pela execução: Prefeituras e Governo do estado  
Prazo para ação: emergencial (2007)

## **5.2. Qualidade e quantidade de água**

### **5.2.1. Estudo conjunto e adequado das transposições de água de outras Bacias para a Guarapiranga (ação)**

Participação no processo decisório e de planejamento das transposições atuais e futuras.

Efetivar mitigações e compensações pendentes (transposição do Taquacetuba) e futuras.

Instituições responsáveis pela execução:

Comitês de Bacia: Alto Tietê/Cotia-Guarapiranga e Billings; Baixada Santista; Ribeira do Iguape; Litoral Sul

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **5.2.2. Ampliar pontos de monitoramento da água superficial (ação)**

Realizar monitoramento da qualidade da água a jusante e a montante de núcleos urbanos significativos da Bacia como medida de controle.

Controlar a qualidade da água, principalmente parâmetros de N e P, verificando o cumprimento dos parâmetros previstos na lei específica.

Instituições responsáveis pela execução: Cetesb

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **5.2.3. Integrar gestão da demanda com a produção da água (diretriz)**

Instaurar tarifa progressiva para fração de consumo que exceda a média do setor, a ser reaplicada na manutenção do setor ambiental

Fomentar processos de redução de perdas paralelamente à geração de recursos dos consumidores de água para as atividades de produção de água

Evitar e parar o desperdício;

Incentivar e ampliar controle de perdas.

Instituições responsáveis pela execução: Governo do Estado e Concessionárias de abastecimento de água.

Prazo para ação: médio prazo (2011/2014)

## **5.4. Viabilizar a proteção dos mananciais**

### **5.4.1. Vincular ICMS Ecológico à Proteção e Manutenção dos Mananciais (ação)**

Lei (principal) e decreto (concomitante).

Incluir mananciais e manutenção de áreas de preservação permanente no ICMS Ecológico

Aumentar a porcentagem de arrecadação do ICMS ecológico;

Instituições responsáveis pela execução: Poder legislativo estadual.

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **5.4.2. Implementar mecanismos tributários municipais (diretriz)**

Lei para municípios que ainda não têm o instrumento regulamentado (principal), projeto para cadastramento de imóveis vazios (concomitante) e aplicação da lei (concomitante).

Instaurar IPTU progressivo.

Incentivar uso de imóveis desocupados localizados em áreas com infra-estrutura.

Instituições responsáveis pela execução: Prefeituras.

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

### **5.4.3. Instalar a gestão metropolitana, através da criação de um órgão integrador de informação e planejamento. (diretriz)**

Criar uma instituição que promova (e proponha) ações de desenvolvimento regional sustentável

Criar um SIG metropolitano;

Instituições responsáveis pela execução: Governo do Estado

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## **6) Medidas para prevenir e mitigar os impactos que o Rodoanel já está causando na região**

### **6.1. Promover estudo técnico sobre expansão populacional e campanha para divulgação em grande escala (ação)**

Elaborar estudo independente sobre o efeito indutor de expansão urbana do trecho sul do Rodoanel sobre os mananciais, nos moldes do estudo do trecho oeste feito pelo Laboratório de Habitação da FAU/USP, considerando cenários futuros, como a abertura de novos acessos, por pressão local e falta de garantia sobre tais possibilidades;

Aferir a magnitude dos possíveis danos aos mananciais.

Principal responsável: Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **6.2. Criar Conselho Gestor independente do empreendedor, com caráter deliberativo, para acompanhamento de todo o processo ligado à obra do Rodoanel (ação)**

Realizar auditoria ambiental independente

Principal responsável: Reserva da Biosfera do Cinturão Verde

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **6.3. Articulação dos municípios para assegurar mecanismos de compensação ao Rodoanel (diretriz)**

Articulação entre municípios afetados pelo projeto do Rodoanel a fim de ampliar a medida compensatória concedida ao município de São Paulo (Parque linear de 300 m de cada lado da rodovia) a toda sua extensão, sem prejuízo de outras compensações.

Implantar os Parques Lineares.

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Prefeituras

Prazo para ação: emergencial (2007)

### **6.4. Implantação antes do término das obras dos parques propostos como compensação ao Rodoanel (diretriz)**

Leis (principal), programa de desenvolvimento sustentável (após a implantação da principal), projeto de educação ambiental (permanente) e campanha de mobilização da comunidade (concomitante).

Principal responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

### **6.5. Criação de Fundo de Compensação Permanente dos Impactos causados pelo Rodoanel (ação)**

Lei (principal), projeto para valorar os serviços ambientais (concomitante) e campanha de educação ambiental para informar a população sobre os serviços ambientais prejudicados (concomitante).

O Fundo deve receber recursos em decorrência dos serviços ambientais afetados pela implantação do Rodoanel.

Avaliar vinculação com a implantação de pedágios.

Instituições responsáveis pela execução: Comissão de meio ambiente da Alesp

Prazo para ação: curto prazo (2007/2010)

## Síntese das principais propostas do Seminário

O que	Como	Quem	Quando
1.1. Criação/ ampliação de parques	1.1.1. Criação de Parques na Várzea do Rio Embu Mirim.	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Emergencial (2007)
	1.1.2. Recuperação da Várzea do Rio Embu Mirim, Rio da Furna e Afluentes.	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Emergencial (2007)
	1.1.3. Criação de UC na várzea do Rio Caulim/Parelheiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo	curto prazo (2007/2010)
	1.1.4. Prolongamento dos limites do Parque Estadual da várzea do Embu-Guaçu.	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	emergencial (2007)
	1.1.5. Estabelecer Parques Municipais Naturais	Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo	curto prazo (2007/2010)
1.2. Parcerias com proprietários privados e incentivos à preservação	1.2.1. Incentivo à manutenção de áreas preservadas e recuperação de áreas de preservação permanente	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	emergencial (2007)
	1.2.2. Criar corredor ecológico entre a Serra do Mar e o Morro Grande	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	curto prazo (2007/2010)
2. Valorizar os serviços ambientais prestados pelos mananciais para a cidade	2.1. Inserção da pauta de serviços ambientais na agenda pública	Secretarias estaduais	curto prazo (2007/2010)
	2.2. Incorporar serviço ambiental no processo de licenciamento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	emergencial (2007)

<b>O que</b>	<b>Como</b>	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>
3.1. Resíduos sólidos	3.1.1. Medidas de correção do aterro sanitário de Itapeperica	Cetesb e Prefeitura de Itapeperica da Serra	emergencial (2007)
	3.1.2. Encerrar a atividade do lixão de Embu-Guaçu	Cetesb, Prefeitura de Embu-Guaçu e Subcomitê Cotia Guarapiranga	emergencial (2007)
	3.1.3. Implantar suportes elevados para acondicionamento dos resíduos em vias públicas, antecedendo a coleta	Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo	curto prazo (2007/2010)
	3.1.4. Programa de implantação de coleta, destinação, tratamento e disposição de resíduos sólidos	Prefeituras de Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeperica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e São Paulo	curto prazo (2007/2010)
3.2. Esgotamento sanitário	3.2.1. Identificação dos lançamentos e paralisação da disposição irregular de esgotos.	Sabesp	emergencial (2007)
	3.2.2. Efetivar as ligações de esgoto nas áreas atendidas pelas ETEs de Embu-Guaçu (Cipó e Sede)	Sabesp	emergencial (2007)
	3.2.3. Sistema de esgotamento sanitário para universalizar o serviço e minimizar despejo de efluentes na represa	Sabesp	curto prazo (2007/2010)
	3.2.4. Implantação de infra-estrutura integrada de saneamento ambiental somada à políticas que criem incentivos para a contenção da expansão urbana	Prefeituras e Governo do Estado	médio prazo (2011/2014)
4.1. Ações corretivas e de recuperação ambiental	4.1.1. Intervenção em ocupações em áreas de risco	Prefeituras de São Paulo, Itapeperica da Serra e Embu	curto prazo (2007/2010)
	4.1.2. Transformar estruturas ociosas (antigo CDML, CAFE e Clube Santa Paula) em centros de promoção e referência para atividades de meio ambiente, turismo, lazer e esportes.	SPTuris, Prefeitura de São Paulo e Governo do Estado	curto prazo (2007/2010)
	4.1.3. Conter a expansão da mineração na região do baixo/médio Embu-Guaçu	DNPM e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	curto prazo (2007/2010)

<b>O que</b>	<b>Como</b>	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>
4.2. Requalificação urbana	4.2.1. Regularização urbanística através do conceito de bairros ecológicos	Prefeitura de Embu-Guaçu e subprefeitura de Parelheiros	curto prazo (2007/2010)
	4.2.2. Política habitacional intensiva em áreas consolidadas para baixa renda, através de programa habitacional.	Prefeituras e CDHU	médio prazo (2011/2014)
4.3. Ações preventivas e de fomento ao uso sustentável	4.3.1. Elaborar ações e projetos estratégicos de uso sustentável para áreas vulneráveis à ocupação (áreas de campos antrópicos, áreas próximas ao Rodanél e áreas de risco).	Prefeituras e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	emergencial (2007)
	4.3.2. Implantar programa de fomento ao turismo sustentável	Prefeituras (através de consórcio), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Estado de Turismo, agências de turismo e clubes náuticos	curto prazo (2007/2010)
	4.3.3. Programa de incentivo à exploração mineral de água nos municípios de Itapeerica da Serra, Embu, São Lourenço da Serra e Juquitiba.	Prefeituras, Cetesb, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	curto prazo (2007/2010)
	4.3.4. Programa de fomento à agricultura urbana e peri-urbana	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo - SAA (principal); Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Prefeituras	curto prazo (2007/2010)
5.1. Fiscalização e monitoramento	5.1.1. Incentivo e consolidação de grupos de fiscalização integrada	Prefeituras e Governo do Estado	emergencial (2007)
	5.1.2. Criar um cadastro fundiário georreferenciado visando conhecer e identificar as prioridades	Prefeituras e Governo do Estado	emergencial (2007)
5.2. Qualidade e quantidade de água	5.2.1. Estudo conjunto e adequado das transposições de água de outras Bacias para a Guarapiranga	Comitês de Bacia: Alto Tietê/Cotia-Guarapiranga e Billings; Baixada Santista; Ribeira do Iguape; Litoral Sul	emergencial (2007)
	5.2.2. Ampliar pontos de monitoramento da água superficial	Cetesb	emergencial (2007)
	5.2.3. Integrar gestão da demanda com a produção da água	Governo do Estado e Concessionárias de abastecimento de água.	médio prazo (2011/2014)

<b>O que</b>	<b>Como</b>	<b>Quem</b>	<b>Quando</b>
5.4. Viabilizar a proteção dos mananciais	5.4.1. Vincular ICMS Ecológico à Proteção e Manutenção dos Mananciais	Poder legislativo estadual	emergencial (2007)
	5.4.2. Implementar mecanismos tributários municipais	Prefeituras	curto prazo (2007/2010)
	5.4.3. Instalar a gestão metropolitana, através da criação de um órgão integrador de informação e planejamento.	Governo do Estado	curto prazo (2007/2010)
6. Rodoanel	6.1. Promover estudo técnico sobre expansão populacional e campanha para divulgação em grande escala	Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde	emergencial (2007)
	6.2. Criar Conselho Gestor independente do empreendedor, com caráter deliberativo	Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde	emergencial (2007)
	6.3. Articulação dos municípios para assegurar mecanismos de compensação ao Rodoanel	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Prefeituras	emergencial (2007)
	6.4. Implantação antes do término das obras dos parques propostos como compensação ao Rodoanel	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo	curto prazo (2007/2010)
	6.5. Criação de Fundo de Compensação Permanente dos Impactos causados pelo Rodoanel	Comissão de meio ambiente da Alesp	curto prazo (2007/2010)

# O Seminário Guarapiranga 2006

## **Onde e quando foi**

O Seminário Guarapiranga 2006, realizado entre os dias 30 de maio e 1º de junho, no Solo Sagrado de Guarapiranga, em Parelheiros.

## **Objetivo**

Proposição de ações, internas e externas à bacia, para viabilizar a Guarapiranga como manancial produtor de água de boa qualidade para o abastecimento público.

## **Quem participou**

Contou com a participação de 162 especialistas e representantes de organizações da sociedade civil, do poder público estadual e municipal, das comunidades empresarial, científica e acadêmica e de movimentos sociais e moradores da região.

## **Resultados**

Destes trabalhos resultaram 63 propostas de ação. Cada uma das propostas foi detalhada em mapa e banco de dados, e contém metas de realização e responsáveis.

## **Comissão organizadora**

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP; Centro Universitário Senac; Espaço – Formação Assessoria e Documentação; Fórum em defesa da Vida Contra a Violência; Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Florestal; Instituto Polis; Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu; Sabesp; Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo; Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo; Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo; Sesc Interlagos; SOS Represa Guarapiranga; Subprefeitura do M'Boi Mirim; Subprefeitura de Parelheiros; Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Coordenação Geral: Instituto Socioambiental

## **Apoios**

Apoio financeiro: Fehidro e do Sebrae-SP.

Produção de informações antes e durante o Seminário: Centro Universitário Senac e do Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap.

Apoio logístico: Fundação Mokiti-Okada, responsável pelo Solo Sagrado.